

DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO: instrumento axiológico humano sobrepujado pelo poder político como forma de manipulação social

Elaine Cristina Rodrigues de Moura

RESUMO

A educação afigura-se como o mecanismo essencial para a formação cognitiva, volitiva, moral e ética do homem, sendo responsável pela transmissão de conhecimentos, aprimoramento das capacidades e desenvolvimento da personalidade do ser, de modo a permitir-lhe a coexistência em sociedade. De salutar importância, o direito à educação foi finalmente inserido no nicho dos direitos sociais fundamentais do homem pela Constituição Federal de 1988, que também se ocupou de atrelar sua finalidade à promoção da cidadania, trabalho, inclusão social e dignidade da pessoa humana. Verificada a grandiosidade alçada pelo tema, com a presente pesquisa tem-se a finalidade de abordar os aspectos históricos, filosóficos e normativos da educação, adentrando o levantamento dos índices e estatísticas que concretamente envolvem o sistema educacional contemporâneo. Para tanto, especificamente objetiva-se sopesar os efetivos benefícios trazidos pela educação na incorporação do conteúdo axiológico humano, imprescindível para seu pleno desenvolvimento, bem como o poder político pode corromper o sistema educacional, distorcendo seu intento. Do ponto de vista teórico, quando estruturada legitimamente a educação condiciona o homem às normas e à vida em sociedade, prestando-se a garantir a mudança social e autonomia de vontade. Todavia, a presente pesquisa também parte do pressuposto de que se arbitrariamente manipulada, a educação adquire o poder de instituir situações de dominação e desigualdades sociais, eis que as classes mais fortes acabam utilizando-a para politicamente sobrepujar as mais fracas. Esta análise fora solucionada através de pesquisas bibliográficas, bem como do estudo dos registros de ocorrências em informativos de órgãos competentes. A partir da pesquisa desenvolvida constata-se que por todo o dimanar do tempo a educação sempre esteve condicionada à estruturação política estatal, assumindo facetas de liberdade ou restrição, sendo em muitos momentos utilizada pelo próprio Estado como instrumento de controle social, com vistas de que uma população ignorante suporta calada os desmandos e a opressão. Levanta-se a questão de quais são os limites que perfilam os poderes, legítimos ou não, que a educação envolve sobre a humanidade? – Conclui-se que atualmente a educação tem exercido um poder político ilegítimo sobre os homens, figurando como um instrumento de injusta dominação propulsor das desigualdades sociais, sendo extremamente necessária a adoção de uma adequada sistematização educacional, que mantenha a pureza e essencialidade da educação, para que esta realmente forme seres humanos dignos e livres para a vida.

Palavras-chave: Direito à Educação; Direito Social; Axiologia; Estado; Manipulação Social